

Exmos. Senhores,

Segue em anexo, o parecer da Direcção do STIV.

Com os melhores cumprimentos,

Nídia Veríssimo



# SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA VIDREIRA



À  
Comissão Parlamentar de Trabalho e  
Segurança Social  
Assembleia da República  
Palácio de São Bento  
1249 – 068 Lisboa

Marinha Grande, 08/02/2021

N/OF. N° 119/2021

**Assunto: ENVIO DE APRECIACÃO PÚBLICA do seguinte diploma:**

**Projecto de Lei nº 611/XIV (PEV) - Repõe a duração de 90 dias para o período experimental para trabalhadores à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração (Alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro).**

*Exmos. Senhores,*

*Relativamente ao assunto supra, damos conta da apreciação ao Projecto de Lei acima indicado, para o efeito, envia em anexo, o Impresso de “Apreciação Pública” desta Organização Sindical representativa com âmbito Nacional.*

*Solicitando que a mesma seja tomada em devida conta, endereçamos os mais respeitosos cumprimentos.*

*Atenciosamente,*

*Pela Direcção*

*[Handwritten Signature]*  
SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA VIDREIRA  
Largo do Luzeirão, 5  
2430-274 MARINHA GRANDE  
Telef. 244 566 021 • Fax 244 569 170  
E-mail: [stiv@sapo.pt](mailto:stiv@sapo.pt)

*EM ANEXO: Os referidos documentos (2 fls., incluindo esta)*

## APRECIACÃO PÚBLICA

Diploma:

Proposta de lei n.º \_\_\_/XIII ()

Projeto de Lei n.º 611/XIV ()

Proposta de alteração

Identificação do sujeito ou entidade (a)

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira

Morada ou Sede:

Largo do Luzeirão, n.º 5

Local Marinha Grande

Código Postal 2430 – 274

Endereço Electrónico stiv@sapo.pt

Contributo: **Projecto de Lei n.º 611/XIV (PEV) - Repõe a duração de 90 dias para o período experimental para trabalhadores à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração (Alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro).**

Na opinião desta Organização Sindical, o aumento do período experimental para desempregados à procura de primeiro emprego e de longa duração, constituiu a consagração de mais uma forma de precariedade laboral, desprotegendo, ainda mais, um grupo de trabalhadores que já de si extremamente fragilizado, pois é por entre estes que se encontram os focos mais graves e persistentes de desemprego, de baixos salários e precariedade laboral.

Neste sentido, como sempre denunciámos, a proposta de lei n.º 93/2019, de 4 de Setembro, suportada num acordo entre o grupo parlamentar do PS com os partidos da direita (PSD e CDS), representou mais uma via aberta para a exploração da precariedade laboral, assente na utilização deste período experimental alargado como forma de contratação de curto prazo, sem qualquer tipo de direitos ou garantias para quem trabalha, criando todo um espaço de desregulação e desprotecção dos trabalhadores visados.

Ao invés de os proteger ou, pelo menos, de garantir o mínimo de protecção que é típica – e assim mesmo insuficiente - dos contratos a termo, o PS, PSD e CDS, optaram por precarizar, de forma absoluta, a contratação destes trabalhadores, libertando, por exemplo, a entidade patronal, do pagamento da compensação por caducidade do contrato a termo, num ataque sem precedentes ao princípio da segurança no emprego, constitucionalmente consagrado.

Mesmo o indirecto reconhecimento do erro cometido, nomeadamente através de uma alteração ao Regime Jurídico da protecção social da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, prevendo a subsunção destas regras às situações de cessação do contrato de trabalho durante o período experimental, tal não foi suficiente para que o Governo recuasse e propusesse a revogação da alteração introduzida no regime do período experimental.

Ora, como propõe o PEV, a revogação da excepção contida no n.º 1 alínea b) ponto iii), a qual estabelece os 180 dias de período experimental para os trabalhadores atrás referidos, merece o apoio desta Organização Sindical. Já no que respeita à proposta de alteração do n.º 4 do artigo 112.º do Código do Trabalho, levanta-se a questão de se a revogação da suscetibilidade de os estágios profissionais contribuírem para a redução ou exclusão do período experimental, se constitui uma medida vantajosa para os trabalhadores a abranger.

Data Marinha Grande, 08/02/2021

Assinatura *Garia Stelma*  
SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA VIDREIRA  
Largo do Luzeirão, 5  
2430-274 MARINHA GRANDE  
Telef. 244 566 021 • Fax 244 569 170  
E-mail: stiv@sapo.pt

(a) Comissão de trabalhadores, comissão coordenadora, associação sindical, ou associação de empregadores, etc.